

ATA DA VII REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

No décimo quinto dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, quinta-feira, às dez da manhã, reuniu-se virtualmente pelo Google Meet o Comitê Permanente de Assistência Estudantil. Em sua sétima reunião ordinária sob a presidência de Livia Neves Ávila, onde estiveram presentes: Daniel Hydalgo Elbert - Representante do Conjunto 1; Eduardo Evangelista Ferreira - ASSUFOP; Daniel Guilherme Gomes Zevallos - Representante DCE; Clarissa Rodrigues; Mariana Silva Santos - Titular PRACE; Petrus Curiel Rigotti - Vila Universitária e Letícia Pereira de Sousa - Titular Prograd. Havendo quórum, a presidente iniciou a reunião fazendo a apreciação da ata que em seguida foi aprovada. A presidente informou que por causa da falta de quórum nas últimas reuniões, foi sugerido fazer um formulário para verificar quais são os melhores dias e horários da semana para marcar as reuniões ordinárias. Foi enviado duas vezes um formulário para todos os membros, que totalizam 37 pessoas, e houve 10 respostas, sendo 70% dos respondentes titulares. Sendo assim, o dia da semana mais votado foi quarta-feira e o horário às nove horas. A presidente perguntou o que os membros acham para que a próxima reunião seja de acordo com as respostas do formulário, sendo ela quarta-feira às nove horas. Dando continuidade, a presidente explicou sobre o documento anexado no convite da reunião, sobre o cercamento do Conjunto 1. O documento informa sobre o valor que será destinado para o cercamento e o comprometimento institucional para a conservação do caminho das Moitas. A UFOP destinará, do seu orçamento de 2023, os recursos necessários para garantir o cercamento das moradias (Conjunto 1), cujo orçamento é de cerca de R\$540.000,00. No segundo parágrafo do informe diz: "Isso foi possível em função de uma emenda parlamentar em investimentos destinada à UFOP pelo deputado federal Reginaldo Lopes no valor de R\$488.762,00, liberando, portanto, recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA) para que pudessem ser aplicados em obras de investimentos. Os recursos da LOA, juntamente com os recursos da emenda parlamentar, serão aplicados em 2 ações institucionais, sendo uma delas as obras de cercamento." Daniel Hydalgo disse que foi um passo importante pois foi registrado um compromisso da UFOP com os moradores. Antes a universidade não reconhecia o caminho como algo institucional. Ele complementa que isso foi resultado após o Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Centro Acadêmico (CA) e os Movimentos Estudantis ocuparem a reitoria. Essa pauta existe há bastante tempo, esbarra na questão de segurança de todo o conjunto, do qual nunca houve um bom investimento, e agora com o cercamento Daniel acredita que talvez isso mude. A curto prazo foi repassado aos estudantes que iriam arrumar a luz do caminho, mas é algo que ainda não ocorreu e também fazer a capina que já aconteceu e a longo prazo procurar parcerias com a prefeitura. Outra coisa que os moradores gostariam é de por câmeras no caminho, mas ele acha que é algo difícil de acontecer. A presidente agradeceu Daniel pelos esclarecimentos e concordou com ele. Ela acrescenta que foi um passo importante, agora com um documento, pois a universidade assume compromissos com a moradia, fazendo capina regular, manutenção da iluminação do caminho e do cercamento. É um documento que não finaliza todo o processo, mas se concretiza essa responsabilidade que a UFOP tem com os moradores. Petrus Curiel, representando a Vila Universitária em Ouro Preto, informou que os moradores estão com os mesmos problemas dos citados por Daniel. Ele informa que houve a capina na Vila e espera que seja feita regularmente. Sobre segurança, Petrus se preocupa, pois os moradores estão tendo problemas com o portão que fica frequentemente aberto, porque não há uma fechadura eletrônica, e é algo que eles lutam desde a

inauguração da Vila. Ele acredita que no recesso acadêmico, seja algo ainda mais perigoso em relação a assaltos e outros problemas, pois a Vila fica mais vazia. Ele espera que com este aumento da verba acadêmica essas questões possam melhorar. A presidente agradeceu a fala de Petrus e disse que vai reforçar na Precam pedindo que sempre haja a manutenção da capina na Vila até para evitar animais peçonhentos. Passando a fala novamente para Daniel Hydalgo, ele perguntou se o Copae poderia fazer um documento pedindo respostas para a Precam questionando qual a previsão para a manutenção da iluminação no caminho, e como irá ocorrer. Ele reforçou que todos os postes precisam de assistência, pois sem iluminação adequada, há uma falta de segurança no conjunto pois fica bastante escuro. A presidente disse que já anotou os encaminhamentos de Petrus Curiel e de Daniel Hydalgo e que iria fazer um único email solicitando esses retornos. Daniel agradeceu. Passando para a próxima demanda, a presidente trouxe as respostas que enviou por email para a Prace esclarecendo dúvidas sobre a nova recomposição orçamentária. A primeira pergunta foi em relação à composição e qual foi o valor destinado à Ufop, e deste valor, quanto foi para a Prace. A resposta foi: Destinado a Ufop, foi pouco mais de R\$9.000.000 e o valor para o Pnaes que compõe a assistência estudantil foi de R\$326.876,00. A segunda pergunta é como foi a divisão entre as coordenadorias da Prace. A resposta é de que não foi estabelecida a divisão entre elas. A recomposição do Pnaes foi abaixo do projetado, portanto, no ano de 2023 o aumento de despesas com o restaurante universitário e bolsas da assistência estudantil, também será suprida com os recursos de manutenção da universidade. A terceira pergunta foi como foi realizado o cálculo de reajuste da bolsa permanência. A Prace respondeu que mediante recursos orçamentários disponíveis foi proposto o mesmo índice de reajuste de 25% para todas as bolsas remuneradas praticadas pela Prace, entram - permanência, Pidic, Prodesa, Auxílio Moradia (João Monlevade), Monitoria Inclusiva, Bolsa Maternidade (Manu). E ainda aumentou o público que recebe a bolsa alimentação. Quarta pergunta: Qual foi o embasamento para decisão de ampliar a faixa de atendimento até 1,5 salário mínimo para acesso gratuito ao restaurante. Resposta: A proposta buscou contemplar um perfil que a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), indica como potencial beneficiário, o grupo de estudantes com renda per capita de 1 a 1,5 salários, que não estavam sendo contemplados. A equipe de assistentes sociais registrou o pedido nesta direção desde 2022, ou seja a equipe técnica já havia feito a solicitação de ampliação do grupo de estudantes atendidos, visto que muitos estudantes nesta faixa apontaram o benefício de bolsa alimentação como um importante suporte de manutenção na universidade. Quinta e última pergunta, que o Daniel Guilherme do DCE sugeriu. A alteração nas categorias de acesso, considerando a nova categoria D, está prevista para ser discutida na Cuni? E porque não passou antes de ser efetivada? Resposta: A proposta de adequação foi encaminhada à Comissão de Legislação e Recursos, seria pautada na reunião Cuni, do dia 30 de maio, o caso ainda não foi discutido pois a reunião foi suspensa e a nova data ainda não foi divulgada pela Secretaria de Órgãos Colegiados. A Prace antecipou a efetivação dos créditos da bolsa alimentação usando a prerrogativa do artigo 43 da Cuni treze oitenta e principalmente por entender que se tratava de ampliação de acesso a benefícios, para cerca de 300 estudantes que necessitam alimentar-se nos Restaurantes Universitários desde o início do período letivo. Daniel Hydalgo gostaria de saber para onde foi o restante do dinheiro do orçamento de R\$9.000.000 que a Ufop recebeu, ele acredita que o valor foi baixo destinado para o Pnaes. A presidente disse que não tem essa resposta, mas que vai chamar o Eleonardo para participar da próxima reunião porque ele pode esclarecer essa e outras dúvidas. Clarissa Rodrigues perguntou no chat se é a universidade que separa o valor do Pnaes. E a

presidente confirmou que sim. Daniel Guilherme, gostaria de saber se dos R\$9.000.000 destinados à Ufop, haveria a possibilidade desse valor ser remanejado. E perguntou também qual o critério da Prace para fazer a mudança de categoria dos estudantes E para D e C, pois segundo ele, não foi feita de forma clara e nem teve a aprovação do Cuni e parece que houve uma diminuição das bolsas. A presidente disse que nesse remanejamento, quem era D virou C e quem tava na faixa de renda de 1 a 1,5 foi para D, ou seja, não tem a possibilidade de perda de bolsas para quem já estava nas categorias, mas ela disse que vai procurar essas respostas. Clarisse Rodrigues observou que o documento anexado no convite da reunião, é do Mec para a reitoria, então essa divisão vem do Mec, ela disse que parece que não foi a universidade que fez o remanejamento. E se não foi a Ufop que fez a divisão dos valores, não é possível haver reajustes, quem assina o documento é a Diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino, então é importante procurar respostas. E sobre os restaurantes universitários, ela falou que tem sido um problema em todas as instituições, pois não há mais profissionais concursados nos RU's desde o governo Fernando Henrique, em 2002. Ou seja, a terceirização não aconteceu por vontade da universidade. E ela acredita que deveria ser colocado em pauta a importância de que os RU's saíssem do cálculo do Pnaes e tivessem uma política própria com a segurança alimentar. A presidente agradeceu as observações e informou que a recomposição do Pnaes foi abaixo do projetado e o melhor caminho é pedir ao Eleonardo e a Sabrina - pró-reitora Adjunta da Prace - para participarem da próxima reunião do Copae. Pois em meio a tantas dúvidas do comitê, eles tem mais propriedade para trazerem esclarecimentos. Quando leu o documento, a presidente informou que havia entendido que o valor global da Ufop foi feito diante das necessidades que a universidade tinha. Então ela não tem certeza se teve alguma conversa anterior ao ofício que estabelece esse número ou se foi estabelecido unilateralmente pelo Mec. E sobre a pauta dos Restaurantes Universitários, e considerando a segurança alimentar que é uma política que a universidade ainda não tem e de haver uma política própria dos RU's e para responder questões de verba, gastos e o porquê de ainda não ter essa política. Ela acredita que é um bom gancho para iniciar a pauta e perguntou se os presentes estavam de acordo para iniciar um encaminhamento. Clarisse Rodrigues disse que poderia acrescentar no encaminhamento qual a discussão para o orçamento de 2024 e quais são as perspectivas, pois é algo que já está no Congresso. A presidente disse que vai iniciar esse debate na próxima reunião. Dando continuidade, na reunião anterior, ficou combinado dela e Daniel Hydalgo trazerem questões sobre a política de acolhimento em moradias, para assim, começarem a estruturar uma pauta e fazer um encaminhamento. A presidente disse que quando ela trabalhava na UFV, a política de acolhimento era institucionalizada, havia um termo e era regularizado. E entrando em contato com a assistente social da universidade de lá, ela trouxe o retorno de que a política de acolhimento acabou há dois anos pois estava havendo vários problemas em relação a estudantes que não desocupavam as vagas. Era bom ter um documento para ter uma referência para construir uma alternativa para UFOP, mas ainda não tem. Então é importante começar a pensar sobre a construção dessa proposta. A presidente perguntou se o Daniel conseguiu trazer retornos sobre a pauta. Ele se desculpou e disse que ainda não conseguiu elaborar nada, e disse que tentou fazer uma reunião com os representantes das casas mas que não ocorreu, e informou que até a próxima reunião do Copae ele irá tentar organizar essa reunião. Para poderem trabalhar essa ideia e pensarem melhor sobre o acolhimento, visto que, tem bastante gente acolhida na Moradia 1. A presidente disse que não só Daniel mas também os outros representantes discentes das moradias podem trazer essa reflexão, então essa pauta terá continuidade na próxima reunião para começarem a

elaborar e pensar em como apresentar essa proposta de regularização de política de acolhimento para a gestão. E a outra pauta, que foi solicitada por Daniel Hydalgo, sobre estudantes que são assistidos pela assistência estudantil em situação de mobilidade acadêmica. Daniel explicou que no Conjunto 1, tem um morador que irá fazer mobilidade acadêmica, mas se deparou com uma série de empecilhos, sendo elas a perda de vaga na Moradia, visto que ele não consegue levar tudo que ele tem para casa que residia antes de entrar na universidade. E a perda da bolsa de iniciação científica. Daniel entende que a mobilidade acadêmica é elitista e ouvindo o relato de seu colega, percebe-se que alunos socioeconômicos têm uma maior dificuldade para realizar esse sonho. E ele acredita que é preciso haver uma assistência de mobilidade estudantil específica para estudantes socioeconômicos, pois fica muito desigual. A ideia dele é discutir no Copae o que pode ser feito em relação a um fortalecimento de políticas de mobilidade junto a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) para estudantes socioeconômicos. A presidente respondeu que a diretoria do ICHS está dando apoio ao estudante, solicitando apoio aos servidores. Em relação a bolsa permanência, o estudante não perde a bolsa, o aluno preenche um formulário de alteração de contexto. A DRI tem vários programas que fazem mediação com diversas universidades pelo mundo e algumas têm bolsa e outras não. Ela concorda que é necessário um incentivo por parte da universidade, visto que é um momento importante na vida do estudante. A presidente desconhece se há alguma política da DRI diretamente relacionada a estudantes socioeconômicos e irá fazer um encaminhamento para verificar. Outra questão é verificar a perda de vaga nas moradias, ela informa que o estudante tem prioridade quando já foi morador. No aluno que está sendo referido, o intercâmbio dele é de quatro meses, e ela questiona quando é um ano ou mais, como ficaria essa vaga no quarto que não está mais sendo utilizado. Hoje em dia está tranquilo haver vagas na ocupação mas amanhã pode não estar. A presidente disse que são questões que precisam ser refletidas e estudadas. E informou que pode perguntar à DRI a possibilidade de atender estudantes em vulnerabilidade e pensar alternativas para o quarto. Encaminhando para o fim da reunião, ficou como encaminhamento: Reforçar com a Precam a questão de capina na Vila Universitária. E no caminho das moitas a questão de iluminação entre bloco e ICEB (questão da segurança); Convidar Eleonardo e Sabrina para participarem da próxima reunião para falarem sobre questões orçamentárias, perguntar como anda a discussão para o orçamento de 2024 e sobre os gastos/valores com Ru, para começar a pensar na possibilidade e da política do Restaurante Universitário, pensando na segurança alimentar; e por último fazer as perguntas para o DRI sobre a questão da mobilidade do estudante em situação de mobilidade. A presidente perguntou se todos estavam de acordo. E pediu aos discentes presentes estarem na próxima reunião onde terá a presença de dois convidados e reforçar os colegas para participarem, ela ainda informou que qualquer pessoa pode participar caso esteja interessada nos pontos pautados. A próxima reunião ficou marcada para o dia dezoito de julho, na quarta-feira. Não havendo mais nada a se tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às onze horas e dezessete minutos.